



O professor Ricardo Serudo fala da aprovação histórica do Plano de Cargos e Carreiras da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), sobre o encerramento do mandato dele à frente do Sinduea e das próximas eleições para a diretoria. **Página 9.**

adua

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN



Um dos principais impasses na discussão do II Plano Nacional da Educação (PNE), que vai definir os rumos educacionais brasileiros nesta década, é a definição do aumento da porcentagem do PIB, cuja proposta do governo é 7%. Entenda os motivos que fazem educadores defenderem o aumento para 10%. **Páginas 6 e 7.**

Movimento

Foto: Andes-SN



O mês de agosto foi marcado por mobilizações em todo o País, entre elas a Marcha Unificada, que reuniu 20 mil pessoas em Brasília. **Página 3.**

Editorial

Depois de mais de cinco anos, o movimento docente nacional se deparou neste mês com a possibilidade de construção de uma greve geral. Professores de algumas universidades estaduais, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, técnicos administrativos da quase totalidade das universidades federais e docentes de algumas federais mantiveram-se em greve em agosto. Por pouco não se tinha uma greve geral no setor da educação no país, indicando que nem sempre os ventos da acomodação, que advêm do projeto neoliberal, estão soprando sobre os professores brasileiros.

Ainda que ela tenha sido “abortada” temporariamente (houve a assinatura de um acordo com o governo federal – leia mais na pág. 3), praticamente todas as seções sindicais do Andes-SN mantêm-se em estado de alerta e mobilização acompanhando o desfecho do acordo, que é a aprovação de um PL pelo Congresso Nacional e a abertura de negociações sobre a carreira docente. Oxalá tenhamos um comportamento de vigilância dos rumos da educação brasileira como estão tendo os estudantes e professores chilenos (por falar nesse movimento, leia o artigo da pág. 12) e possamos construir uma frente ampla, com apoio da sociedade brasileira, para resgatar sua importância. Uma das ações é a campanha em prol do aumento imediato de 10% do PIB para a área da educação, em vez dos míseros 7%. Pode parecer pouco, mas é fundamental esse aumento. Veja por que nas pág. 6 e 7.

Se o calendário não mudasse, o mês de setembro seria palco do Congresso Estatuante da Ufam. Com o anúncio de seu adiamento (para 07 a 11 de novembro), o artigo de Lino João (pág. 8) passa a ser um referencial político para que pensemos o papel de uma universidade e seu caráter público. É no resgate das idéias e conceitos levantados por Darcy Ribeiro que pode estar o núcleo determinante que percorrerá o Congresso Estatuante e, quiçá, se espelhará na construção de um estatuto democrático, como deve ser a Ufam – crítica, autônoma, participativa e não mercantil. Com este artigo, esperamos que outros docentes possam também se expressar contribuindo para o debate sobre a Estatuante 2011.

Nossa co-irmã, a seção sindical da UEA (Sinduea), está de parabéns por ter conseguido aprovar na ALE o PL nº 259/2011 que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Salários tão almejado pelos servidores da universidade estadual. Se os termos do acordo ainda não correspondem ao desejado, foi sem dúvida um grande avanço daquela categoria docente organizada no Sinduea que, já neste ano, completa quatro anos de existência. O presidente da seção sindical, prof. Ricardo Serudo, conta mais detalhes dessa luta na entrevista da pág. 9.

Por fim, convidamos todos a acompanhar a reflexão que faz, continuamente, o prof. Isaac Lewis dos diversos (des) caminhos que a política educacional assume no país (pág. 10). Sua análise vai ao encontro das preocupações que norteiam as ações de movimentos como a “Campanha Nacional pelo Direito à Educação” e “10% do PIB para Educação, Já!”

Boa leitura.

Notas

Punição para alunos

A deputada Cida Borghetti (PP-PR) criou o Projeto de Lei 267/11, que prevê a punição de alunos que desrespeitem professores ou violem regras éticas e de comportamento das instituições de ensino. O projeto tramita na Câmara dos Deputados e será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família, de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça. O assunto é delicado, pois propõe mudanças no Estatuto da Criança e Adolescente, que incluiria então o respeito aos códigos de ética e conduta como responsabilidade e dever dos estudantes. Porém, o momento de sugerir tais mudanças é mais que oportuno, pois os casos de indisciplina em sala de aula estão se tornando tanto extremos quanto ignorados pelas autoridades. Se é necessário cuidado no trato proposto pelo projeto em relação aos cursos fundamental e médio, no qual se lida com menores de idade, a situação é menos complicada no ensino superior, onde determinados desvios éticos e comportamentais são visíveis e interferem tanto na atuação do professor quanto na formação de futuros profissionais.

3ª edição do jornal Catarse

O informativo Catarse, criado pelo professor Benedito de Carvalho Filho, do Departamento de Ciências Sociais da Ufam, chega este mês a terceira edição. A publicação traz

como tema principal “As trevas e a cultura da barbárie: O que tem a ver conosco?”, um questionamento sobre as atuais crises econômicas, culturais e sociais. Além disso, a edição traz os artigos “Modernidade e psicanálise em Manaus” e “O tempo exausto”, de Mauro Santayana, sobre a globalização neoliberal, e também resenhas de livros e filmes, entre eles o longa “Notícias de Antiguidades Ideológicas: Marx, Eisenstein, O Capital”, do alemão Alexander Kluge. Com o slogan “Catarse, um jornal aberto para a comunidade”, a produção com 18 páginas é distribuída gratuitamente por e-mail. São textos opinativos, resenhas e críticas sobre temas diversos escritos por colaboradores. O exemplar pode ser solicitado pelo e-mail beneditojfc@hotmail.com.

Mais demandas, mais vagas

Os Ministérios da Educação (MEC) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) encaminharam “à elevada consideração” da presidente Dilma Rousseff uma portaria interministerial, com a minuta de um projeto de lei, propondo a criação de 77.178 vagas para professores, técnicos administrativos e até cargos de direção e funções gratificadas para as Instituições Federais de Ensino (Ifes). De acordo com a minuta do PL, o provimento dos cargos será feito de forma gradativa, entre os anos de 2012 e 2014, gerando um impacto orçamentário de quase R\$ 4,5 bilhões no próximo triênio. A con-

tratação de mais docentes faz parte da pauta de reivindicação do Andes-SN e é uma das formas de o governo reparar o dano causado quando resolveu colocar “a carroça na frente dos bois”, com o aumento na oferta de vagas no ensino superior, por meio de Programas como o Reuni (de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), Pronatec (Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego), e Proep (de Expansão da Educação Profissional), sem dar mínimas condições infraestruturais e acadêmicas às Universidades. O Sindicato Nacional está alerta e vai averiguar se a proposta é “pra valer” e se supre razoavelmente a demanda efetiva já existente na rede federal de ensino.

Greve: Direito assegurado

Desde a Constituição de 1988, quando foi autorizada a organização sindical no serviço público, a greve tem sido objeto de enorme debate. Mais de vinte anos se passaram e ainda restam dúvidas sobre o movimento grevista, direito exercitável já reconhecido pelo Judiciário. É justamente para clarificar as ideias de militantes de movimentos sindicais que pretendem exercer esse direito que o Coletivo Jurídico do Andes produziu uma cartilha sobre “Greve no Serviço Público”. A publicação contém informações sobre base legal e precedentes judiciais, bem como orientações para sindicatos e grevistas. De posse do conteúdo do material, disponível no site na Adua (www.adua.org.br), os manifestantes podem combater abusos por parte do poder judiciário e excessos de ordem institucional, quando profissionais em estágio probatório, por exemplo, são pressionados para não envolver-se no movimento grevista.

charge



Fale conosco

Professor e professora do campus de Manaus e dos campi do interior, contribua para o jornal da Adua produzindo artigos, resenhas de livros e DVDs e sugestões de pautas. Sua participação é fundamental para um jornal plural. Entre em contato conosco pelo e-mail:

imprensa.adua@gmail.com

www.adua.org.br

www.twitter.com/docentes_ufam



O jornal da **adua** é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.
Diretoria: Antônio (Neto) Pereira de Oliveira (presidente), Ronney da Silva Feitoza (1º vice-presidente), Tharciso Santiago Cruz (2º vice-presidente), José Alcimar de Oliveira (1º secretário), Lucas Milhomens Fonseca (2º secretário), José Humberto Michiles (1º tesoureiro) e Luiz Fábio Silva Paiva (2º tesoureiro).
Jornalista responsável: Antônio José (Tomzé) Vale da Costa (DRT/AM 286)
Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Lídia Ferreira (SRTE-AM 398) e Susy Freitas (colaboradora)

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)
Fotografias: Anderson Vasconcelos, Lídia Ferreira, Susy Freitas e Andes-SN
Impressão: Gráfica Ampla. 2000 exemplares.
Fone/Fax: (92) 3088-7009/3305-4103
e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com (Imprensa)
Endereço: avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroadó, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: www.adua.org.br

Movimentações de norte a sul do país

O mês de agosto foi marcado por mobilizações nos quatro cantos do país, em prol das reivindicações pela melhoria da carreira docente e da qualidade da educação brasileira. A maior parte das ações decorreu do calendário da Jornada Nacional de Lutas, ocorrida de 17 a 26 de agosto e organizada por centrais sindicais, sindicatos de trabalhadores do serviço público e privado, movimentos sociais e populares. Passeatas, paralisações pontuais, indicativos de greve e até mesmo greve em algumas universidades e institutos federais de educação foram efetivadas.

A principal ação foi o “Dia Nacional de Lutas”, realizado em 24 de agosto, em Brasília (DF). Mais de 20 mil pessoas, entre elas servidores públicos federais, trabalhadores rurais, estudantes e militantes de movimentos sociais, marcharam juntos pela Esplanada dos Ministérios para cobrar mais atenção e providências às reivindicações apresentadas ao Governo Federal. Os manifestantes percorreram os 16 quilômetros ao redor da Esplanada, acompanhados por carros de som e portando faixas, cartazes e bandeiras para demonstrar a insatisfação de negociações com os parlamentares. No tema educação, o principal ponto levantado pelos manifestantes foi a campanha “10% do PIB para educação pública, já!”. “Esse percentual vai integrar o PNE (Plano Nacional da Educação) que irá definir os rumos da educação nos próximos dez anos. É preciso dar continuidade às mobilizações até que isso seja definido”, disse a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa.

Amazonas

Em Manaus, agosto foi marcado por uma série de assembleias e ações dos professores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), mobilizados pela Adua. “A jornada é uma proposta de fortalecer o movimento e compartilhar com a sociedade a nossa insatisfação e as nossas propostas”, disse o presidente da Adua, Antônio Neto.

A primeira assembleia geral do mês ocorreu no dia 12 e foi realizada para, entre outros assuntos, analisar os pontos de discussão que figuram na proposta de Carreira e a Campanha Salarial docente. Durante o encontro, cerca de 40 professores votaram a favor do indicativo de greve para o dia 23. A decisão foi uma resposta à inflexibilidade do governo para atender as pautas apresentadas pela categoria em rodadas de negociação que ocorrem desde o início do ano.

Durante a assembleia geral do dia 18 de agosto, os 55 docentes presentes decidiram seguir as recomendações do sindicato nacional de realizar atos públicos nos dias 23 e 24, além de manter o indicativo de greve. “Esse processo de mobilização segue uma pauta nacional, mas nós, pro-



Mais de 20 mil pessoas participaram da marcha em Brasília, enquanto em Manaus, a Adua realizou uma série de assembleias

fessores, precisamos ter a consciência de que não é um movimento distante, mas que é algo local, próximo de nossa realidade”, afirmou durante a assembleia a professora Terezinha Fraxe, da Faculdade de Ciências Agrárias.

Na ocasião, o professor Tharcísio Santiago Cruz, membro da diretoria da Adua, destacou que a mobilização docente nas unidades da Ufam no interior. “Realizamos assembleia com professores e apresentamos a pauta de reivindicação do Andes aos docentes, destacando no documento a questão das gratificações”, afirmou o professor.

Na manhã do dia 23, a Adua realizou um debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) no auditório da associação. O professor Francisco Jacob Paiva da Silva, 2º vice-presidente da Regional Norte I do Andes-SN, apresentou uma contextualização histórica do PNE, para depois destacar questões relativas ao PNE 2011-2020, em especial para o

Agosto foi marcado pela forte mobilização em vários estados pela negociação com o governo federal e pela Jornada Nacional de Lutas organizada por centrais sindicais

Ensino Superior. “Foi uma discussão importante, pois estamos em plena campanha dos “10% do PIB para educação, já! O debate demonstrou que os docentes do Amazonas estão em sintonia com as decisões nacionais”, disse.

Com mais de 60 docentes, além de técnicos e estudantes da instituição, a assembleia do dia 24 de agosto reforçou o indicativo de greve, desta vez sem data específica, e ampliou os debates sobre o



Foto: Susy Freitas

reajuste salarial proposto pelo governo. Foi nesta data que os professores defenderam resgatar o percentual da pauta emergencial do movimento docente como parâmetro e indicaram, como proposta de negociação, a aplicação de 8% sobre a remuneração total a partir de janeiro de 2012 e os demais 6,6% a partir de julho de 2012. “Essa pauta já está ultrapassando o ambiente da Ufam. Durante o XX Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste – EPENN –, o tema foi abordado para mais de 2000 pessoas”, disse a professora Ronney da Silva Feitoza, membro da diretoria da Adua.

A Jornada de Lutas do mês de agosto na Adua encerrou com uma assembleia geral no dia 26. Durante o encontro, os docentes decidiram, por unanimidade, manter o indicativo de greve mesmo após o acordo emergencial assinado naquele mesmo dia pelo Andes-SN e o governo federal. Durante a AG, os professores também votaram pela permanência em estado de mobilização até que as discussões com o governo federal sobre o Plano de Carreira Docente sejam encerradas. O primeiro passo para a negociação da proposta deve ocorrer dia 14 de setembro, quando a direção do Andes-SN tem encontro marcado com representantes dos Ministérios da Educação (MEC) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Acordo emergencial

No dia 26 de agosto, representantes do Andes-SN e o Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (MP), Duvalnier Paiva, estiveram reunidos, em Brasília

(DF), para firmar o acordo emergencial com o governo. Mesmo reconhecendo que o acordo proposto não recupera a corrosão dos salários, a assinatura é considerada um das conquistas de reivindicações históricas da categoria. O termo firmado não quita a dívida com os professores devido à corrosão inflacionária dos salários, que voltará a ser negociado. “Foi uma demonstração de maturidade dos representantes das 31 seções sindicais, acima de tudo porque somos um Sindicato Nacional e não um ajuntamento mecânico de interesses paroquiais”, ressalta o professor José Alcimar de Oliveira, membro da diretoria da Adua e representante na reunião do Setor das Ifes, que antecedeu e acompanhou o ato.

O texto do acordo retomava a proposta levada para a categoria, de aplicação dos 4% sobre o Vencimento Básico, após a incorporação da gratificação, e também sobre a Retribuição por Titulação (RT), tanto para docentes do Magistério Superior quanto do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Ebtt), a ser implementada em março de 2012. O Andes-SN apresentou alteração no texto da minuta, com algumas ressalvas, principalmente no terceiro parágrafo da cláusula terceira para que ficasse explícito que esta primeira etapa só tratou de parte das reivindicações dos docentes e que seria preciso garantir a continuidade de negociação das reivindicações não tratadas no acordo emergencial. “O acordo assinado - mas não garantido, porque o projeto governamental de desmonte da universidade pública não indica nenhuma inflexão rumo ao projeto que defendemos - deve ser acompanhado de mobilização permanente da categoria”, afirma o diretor da Adua.

Greves

Docentes de outras universidades deflagraram greve antes mesmo da negociação concluir. O caso mais significativo foi o dos professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que decidiram deflagrar greve no dia 19 de agosto. Após o acordo emergencial firmado, e mesmo com questões específicas da UFPR, os docentes resolveram suspender temporariamente a greve da categoria no dia 1º de setembro. A reitoria da instituição apresentou resposta às 24 reivindicações da pauta local do movimento e os docentes resolveram dar crédito a elas sem, no entanto, abrirem mão do estado de mobilização permanente. Na mesma data, docentes da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que paralisaram por 66 dias, e da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMAT), também anunciaram o fim da paralisação pelo motivo da assinatura do acordo. Porém, os docentes da Adufmat só retornarão às salas de aula no dia 12 de setembro, como forma de protesto às demais reivindicações da categoria.

Repúdio

Consuni da Ufam aprova moção contra o PL 1749/2011

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Amazonas (Consuni) aprovou na última reunião ordinária, em 31 de agosto, uma Moção de Repúdio ao Projeto de Lei (PL) 1749/2011, que prevê a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Essa é a segunda vez que o assunto esbarra na desaprovação do Consuni. No dia 25 de fevereiro, o Conselho já havia manifestado descontentamento com o conteúdo, que vigorava por meio da Medida Provisória (MP) 520/2010.

O PL é encarado pelo movimento docente como um substituto à referida MP 520. Na prática, os Hospitais Universitários (HU) de todas as universidades públicas federais brasileiras seriam administrados por uma empresa pública, mas de direito privado. “Esse projeto de lei aponta para a quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pois os hospitais universitários terão o foco desviado para a venda de serviços e não para o atendimento da população”, disse o presidente da Adua, Antônio Neto, endossando a moção de repúdio aprovada pelo Consuni.

Durante a reunião, a ampla maioria dos membros do Conselho aprovou o texto lido pelo conselheiro docente Antonio José Vale da Costa. A decisão reflete não só o posicionamento da Ufam e da Associação, mas de outras seções sindicais do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), que já se manifestaram contrariamente ao PL 1749.

O projeto de lei, encaminhado ao Congresso Nacional no dia 05 de julho, para apreciação, tramita em regime de urgência a pedido da presidência da República e deve ser votado até o final de setembro pela Câmara e pelo Senado. O PL mostra que o alto escalão da presidente Dilma Rousseff não vai desistir da ideia de privatizar, cada vez mais, a universidade pública.

Até lá, o Andes-SN e outros sindicatos nacionais pretendem fazer mais pressão para “derrubar” o PL. No 56º CONAD ficou claro: esse projeto fere profundamente a autonomia universitária, afronta os princípios da academia e entrega a rede de hospitais universitários aos interesses privados.

Confira na íntegra a Moção

O Conselho Universitário, em reunião ordinária realizada nesta data, considerando as competências regimentais e Atribuições conferidas pelo artigo 207 da Constituição Federal, que trata da autonomia universitária, dentre outras, administrativa, financeira e patrimonial; considerando o que dispõe o artigo 208 da Constituição Federal em seu parágrafo 1º, regulador do acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, ratificados pelo artigo 2º do Estatuto da Universidade Federal do Amazonas; considerando que o Projeto de Lei nº 1949/2011, ora em tramitação no Congresso Nacional, põe em risco a vinculação dos Hospitais Universitários das IFES, e que pode comprometer a formação e a qualificação dos profissionais de saúde que trabalham e produzem conhecimento na área da saúde pública; considerando que o referido PL fere o princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dado que os Hospitais Universitários são também considerados Unidades Acadêmicas; considerando que o instrumento PL 1949 ignora os organismos da sociedade, não permitindo o debate com os agentes que construíram e sustentam o Sistema Único de Saúde; considerando a decisão do Conselho Nacional de Saúde, colegiado máximo nacional referente à gestão da saúde, que se manifestou meses atrás sobre a impertinência de assuntos que integraram a MP 520/2010 e recuperados no teor do referido PL; considerando igualmente o posicionamento do Conselho Pleno da Andifes, tomado por ocasião da MP 520, que se manifestou publicamente como preocupante de sua aplicação; considerando, finalmente, a decisão da maioria de votos, extraída em reunião ordinária, realizada nesta data, resolveu MANIFESTAR de público seu repúdio ao teor do Projeto de Lei nº 1949/2011 que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e dá outras providências

Promessa

Parlamentares se comprometem com aprovação das PEC 555/2006 e 270/2008

Cerca de mil pessoas lotaram o Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal, no último dia 31 de agosto, com o objetivo de sensibilizar deputados e senadores a incluir na pauta do Congresso a votação das propostas de emenda constitucional (PEC) 555/2006 e 270/2008. Elas participavam do encontro nacional dos Servidores Públicos Ativos, Aposentados e Pensionistas promovido pelo Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas), representando cerca de 50 entidades federais, estaduais e municipais.

O Andes-SN participou do evento representado pela terceira tesoureira da entidade, Maria Suely Soares, e pelo segundo vice

presidente da regional Nordeste II, João Wanderley Rodrigues Pereira, ambos coordenadores do grupo de trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria. Diversos parlamentares também estiveram no evento e elogiaram as entidades pela iniciativa da organização do Encontro e ressaltaram a relevância da aprovação das PEC para os aposentados das carreiras de servidores públicos federais. A PEC 555/2006 propõe o fim da cobrança da contribuição previdenciária sobre os benefícios de aposentados e pensionistas. A proposta 270/08 estabelece a paridade e a integralidade para aposentadorias por invalidez permanente.

O deputado João Ananias Vas-

concelos (PC do B/CE) disse não concordar em espoliar certos segmentos para poder pagar a dívida pública. Segundo ele, não é fazendo arrochos que será possível garantir o desenvolvimento do capital. “Apoiamos as PEC 555 e 270 por se tratar de anseio legítimo e justo dos servidores”, concluiu.

Já para o deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), o governo errou quando votou a contribuição previdenciária. “Os servidores públicos e suas entidades defendem a saúde dos órgãos da previdência. Tenho posição favorável as PEC 555 e 270 e me coloco à disposição dos servidores”, salientou. O deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP) destacou que a PEC 270/2008, de

autoria da deputada Andrea Zito (PSDB/RJ), é uma das matérias mais importantes a serem votadas pela Câmara, uma vez que corrige uma injustiça cruel com os servidores aposentados por invalidez. “Eu apoio a demanda de vocês a favor da aprovação das matérias”, declarou.

Outros parlamentares também se manifestaram em defesa dos servidores e da aprovação das PEC, como foi o caso da deputada Andréia Zito (PSDB/RJ), dos deputados André Moura (PSC/SE), Vitor Paulo (PRP/RJ) e Paulo Rubem Santiago (PDT/PE) e do senador Paulo Paim (PT/RS).

Com informações da Anfip

Regras Mudanças na pós-graduação lato sensu

O Ministério da Educação (MEC) publicou, no mês de agosto, novas regras que restringem a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu. A partir de agora, instituições não educacionais, como sindicatos, organizações não-governamentais (ONGs), conselhos de classe, universidades corporativas e hospitais, que antes eram autorizadas a oferecer especialização, não receberão mais o reconhecimento do ministério. Cerca de 400 instituições não educacionais tinham esses cursos e 134 esperavam autorização do MEC para funcionar. A resolução que determinou as mudanças foi elaborada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo ministro Fernando Haddad.

“O que essas instituições buscavam sempre era o carimbo do MEC, transformando o credenciamento da instituição em um aval de qualidade do ministério em relação aos cursos que elas ofereciam”, diz o secretário de regulação e supervisão da educação superior do MEC, Luís Fernando Massonetto. “E isso causava sempre um certo incômodo por parte do MEC, porque o fato de você autorizar o funcionamento não significa que chancela o curso, no sentido de indicar que ele seja feito por alguém.”

As organizações continuarão podendo oferecer os seus cursos. No entanto, eles serão considerados cursos livres, e não uma pós-graduação. A matrícula e o diploma de especialização serão assegurados aos alunos matriculados nesses cursos até 31 de julho de 2011.

Mudança**Escola de Enfermagem de Manaus sob nova direção**

Nair Chase da Silva e Maria Jacirema Gonçalves, recém-eleitas diretora e vice-diretora, respectivamente, da Escola de Enfermagem de Manaus (EEM) terão pela frente a missão de reorganizar uma das unidades acadêmicas mais antigas da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Elas receberam 97% dos votos válidos na consulta e começam o trabalho oficialmente a partir de 14 de setembro, dia posterior à cerimônia de posse das novas gestoras da instituição.

Mas, as professoras não pretendem gerir a unidade acadêmica sozinhas. Desde a candidatura da chapa,

chamada de “A unidade fortalece”, elas ressaltam que contam com o apoio de docentes, técnicos administrativos em educação e até mesmo os estudantes, para melhorar a situação da Escola. “É importante que vocês [comunidade acadêmica] colaborem com sugestões

Resultado da eleição, com nome da chapa vencedora do pleito, foi homologado em reunião do Condep do dia 24 de agosto

e comentários sobre as questões que incomodam, para podermos enriquecer o nosso trabalho”, disse Nair Chase, durante a apresentação do plano de ação da chapa, para o período 2011-2015, acrescentando que a nova gestão buscará, coletivamente, alternativas de solução aos problemas da EEM.

Um dos desafios das enfermeiras é recuperar o prestígio da direção, sobretudo, entre os alunos, insatisfeitos com a atual infraestrutu-



Foto: Anderson Vasconcelos

Dos 285 acadêmicos aptos a votar, apenas 58 compareceram às urnas. Talvez a desproporção do valor do voto entre docentes e discentes tenha influenciado

ra da instituição. Esse sentimento pôde ser notado nas urnas, diante da baixa participação dos estudantes. Dos 285 acadêmicos de enfermagem aptos a votar, apenas 58 exerceram o poder de escolha, por meio do voto. Foram quase 80% de abstenções.

“Resolvemos participar das eleições porque o resultado desse processo é que vai influenciar na nossa vida acadêmica”, disse a aluna do 2º período Aimée de Queiroz, representando o pequeno grupo de estudantes que compareceu às urnas. “Essa é uma forma de demonstrarmos o nosso interesse pela unidade acadêmica”, completou a aluna da mesma turma Fabiana Brito.

No quadro geral, considerando os 337 aptos a votar, o índice de abstenções cai para

72%. A melhor participação na consulta foi mesmo dos docentes, com 75% de comparecimento às urnas, sendo 28 votos válidos de um total de 37 possíveis. No grupo dos técnicos administrativos em educação, apenas sete deles, de um total de 15, participaram do processo. Entre eles, o senhor Mário Moura do Nascimento, que, com 37 anos de serviços prestados na Escola, participou das últimas cinco escolhas de direção da casa. “Não venho aqui só cumprir um dever. Tenho prazer em votar e me preocupo com esta unidade”.

Na avaliação da presidente da Comissão Eleitoral, Jahana Paula Mendonça, o processo foi prejudicado por vários fatores. “Algumas turmas não tiveram aula hoje (dia 19 de agosto), portanto muitos alunos não compa-

receram às urnas, apesar de terem sido incentivados a participar das eleições e exercer a cidadania”, disse.

A consulta foi marcada ainda pelo enfraquecimento democrático do processo, com a saída de uma das chapas concorrentes, às vésperas do pleito. “Esse fator também foi prejudicial”, completa a presidente da Comissão. Em comunicado disponível em forma de pôster, afixado em vários pontos da EEM, a chapa 1, chamada “Gestão Educacional e Democrática com Qualidade”, desistiu da candidatura, informou a retirada em virtude da discordância com o formato de condução do pleito. “A nossa chapa se reserva o direito de não aceitar o fato de que o corpo docente tenha uma maior representação na apuração dos votos, 70% contra 15% dos discentes e 15% dos técnicos administrativos”, diz trecho na nota.

“Essa eleição seria histórica para a Escola, pois, pela primeira vez, teríamos duas chapas concorrendo à direção da unidade acadêmica”, afirmou a diretora em exercício, Hadelândia Milon. Ela avalia que todo o processo transcorreu com tranquilidade, desde a fase de explanação de ideais das chapas até o dia da consulta, com apenas uma candidatura concorrendo, mas reforça que o processo democrático precisa ser fortalecido na Universidade.

Esse também é o entendimento do professor Jacob Paiva, representante da Adua na mediação da apresentação das propostas da chapa 2, evento que ocorreu em substituição ao debate previsto entre as candidatas. “É esse processo democrático que fortalece os segmentos da comunidade acadêmica na luta por melhorias para o ensino superior”, emendou.

Processo 3,17%**Lista da requisição de pagamento já tem mais de 150 nomes**

Balanço parcial da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (Adua), apurado até o dia 31 de agosto, dá conta de que mais de 150 professores já estão na lista de beneficiados do Processo de Execução 2006.5067-5, mais conhecido como “3,17%”, depois que as requisições de pagamento foram expedidas ao longo do mês em análise. A cópia dos processos está disponível na sede da entidade e os nomes dos docentes podem ser conferidos na página eletrônica da seção sindical, no endereço www.adua.org.br.

Após várias discussões a respeito de cálculos, impugnação de correções, interposição de recursos e quase dez anos de espera, parece que o desenrolar do

processo “3,17%” desencantou. O primeiro grupo, com um total de dez professores, foi anunciado há mais de um mês. Nos últimos 30 dias, o número de docentes só vem aumentando. A expectativa é que novas listas sejam expedidas em setembro.

O assessor jurídico da Adua, José Barbosa, explicou que a 3ª Vara da Justiça Federal solicitará ao Tribunal Federal da 1ª Região o pagamento de cada grupo de 10 professores, previsto para acontecer em intervalos de até 60 dias. Vale lembrar que os docentes estão divididos em número de 10 por grupo em 85 grupos, que precisam aguardar o esgotamento das possibilidades de discussão de valores para receberem. Além disto, alguns

docentes precisam verificar se há pendências na entrega de documentos.

Pendentes

Os professores cujos nomes não figuram na lista disponível no site da Adua e os que aparecem na relação de documentação pendente podem consultar sua situação na sede da Associação. Para informações mais detalhadas, a assessoria jurídica da Adua pode ser consultada todas as quartas-feiras, a partir das 14h. “Conforme notificação da Seção judiciária do AM há situações de homônimos e pendência com o CPF”, disse Barbosa.

De acordo com o assessor jurídico, nessa fase de execução dos processos a

União Federal vem postergando o andamento dos pagamentos, por meio da revisão de cálculos e revisão de juros, de forma a impor uma “controvérsia”, a fim de impedir a liberação das requisições.

Barbosa orienta que o processo será agilizado para quem pedir o pagamento das parcelas incontroversas, ou seja, aquelas que não foram discutidas. “Em síntese, significa dizer que todos os processos sem discussão de cálculos deverão ir para requisição de pagamento. Os que sofrerem alguma discussão ficarão pendentes apenas no valor delimitado na impugnação, ficando o restante desvinculado da discussão e apto para requisição e liberação de pagamento”, explicou.

CAPA

Por que aplicar 10% do PIB para

Um dos pontos em discussão na construção do II Plano Nacional de Educação (PNE), que vai definir as diretrizes da política educacional para o decênio 2011-2020, é a meta número 20, referente ao “estabelecimento de aplicação de recursos públicos em educação com proporção do Produto Interno Bruto”, o chamado PIB, conforme explica o texto do documento. No diálogo das negociações entre o Governo Federal e os movimentos sociais em prol da educação há um “gargalo” para definir qual a porcentagem adequada relativa a este PIB que deve ser investido na educação brasileira nos próximos 10 anos.

O impasse está na diferença proposta pelos educadores e na defendida pelo governo. O documento definido na Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada em março de 2010, em Brasília (DF), sugere que no II PNE esteja garantido o mínimo de 10% do PIB para consolidação das bases políticas de financiamento, acompanhamento e controle social da educação. O texto do PNE, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) e enviado ao Congresso Nacional em dezembro do ano passado, propõe a ampliação dos 5% atuais destinados à educação para 7%.

“O Brasil nem chega a aplicar esses 5% de fato. Essa proposta do governo não é suficiente para abranger as outras 19 metas do PNE nos próximos 10 anos, ou seja, a qualidade da educação brasileira não vai atingir o patamar proposto pelo plano. Os 10% vão garantir o um padrão mínimo de qualidade, que não é o ideal, mas representa um primeiro passo”, explica o cientista político Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Ele apresentou as pesquisas realizadas pela campanha, para subsidiar a proposta dos 10%, durante um debate realizado em Brasília (DF), no dia 23 de agosto. Além dele, participaram da mesa Fernando Rodal, presidente da Confederação de Educadores das Américas, e Valério Arcary, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (Ifet-SP).

Durante o encontro, o professor Arcary relembrou que o Brasil continua em situação educacional precária mesmo após a criação do I PNE, em vigor desde 2001, em especial no quesito financiamento. As metas do I PNE não foram cumpridas, o que já era previsível durante o seu lançamento pelos próprios educadores e pelo Congresso Nacional. Na época, os parlamentares entenderam que 5% do PIB não eram suficientes e, por isso, aprovaram a destinação de 7% do PIB brasileiro para educação. Contudo, este percentual foi vetado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e seu sucessor, o ex-presidente Lula da Silva, manteve o veto. “Estamos prestes a repetir o mesmo erro do passado, essa experiência comprova isso. Se não mudarmos agora, vai

se impossível alcançar as metas novamente”, ressalta Arcary.

O reflexo deste veto é visto na pesquisa divulgada pela UNESCO presente no estudo “O novo PNE e o financiamento da educação no Brasil: os recursos como um percentual do PIB”, do professor Nelson Cardoso Amaral, da Universidade Federal de Goiás. Os dados apontam que a educação brasileira está entre as 10 piores de 27 países, escolhidos nos cinco continentes para a pesquisa, com situação abaixo da média adequada para os padrões da UNESCO. “Sem política pública efetiva, os alunos acabam sendo empurrados para o setor particular. Hoje, 70% dos alunos do ensino superior na América Latina estão em universidades particulares, apenas 30% estão na pública”, afirma o pesquisador uruguaio Fernando Rodal.

Em recente audiência na Câmara dos Deputados, o argumento do Ministro da Educação, foi o de que não há recursos para avançar mais que os 7%. Para o MEC, os R\$ 61,058 bilhões correspondentes a esta porcentagem é suficiente para o II PNE. Já a planilha de custos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, baseada nos 10% PIB, apresenta uma necessidade de R\$ 169,830 bilhões.

10% do PIB: uma necessidade

Se basear no Produto Interno Bruto (PIB) para garantir o financiamento público da educação brasileira está previsto na Constituição Federal de 1988 e a maioria dos países utiliza este mesmo critério. Contudo, para comparar o investimento dos países em educação, além do percentual do PIB, é necessário levar em consideração a quantidade de pessoas que estão em idade educacional correta, conforme explica Valério Arcary. “Mesmo que dois países tenham o mesmo PIB é necessário levar esse ponto em consideração e também a quantidade de alunos a ser atendida”, explica.

Baseado nesses três pontos, a Unesco publicou, no ano passado, um estudo que aponta uma espécie de “ranking” do desafio educacional, que aponta os países, entre 27 selecionados, que estão com os piores níveis de investimentos e qualidade em educação. Nesta lista, o Brasil aparece em 7º lugar. Nos primeiros lugares entre os piores estão Yemen (1º), Índia (2º), Paraguai (3º), Bolívia (4º) e Indonésia (5º). Os países apontados como os melhores são, respectivamente, a Noruega, Áustria, Estados Unidos, Japão e Alemanha. “Estes países são os que mais investem anualmente no custo-aluno em idade educacional por ano, por isso, estão à frente. O Brasil não está nem na média de custo-aluno proposta pela UNESCO”, disse Arcary. Enquanto a Noruega, por exemplo, investe 7.953,00 dólares por aluno em idade educacional (transformado em real o valor chega a é 7,3 mil reais), o Brasil aplica



Durante a Marcha Unificada, que reuniu mais de 20 mil pessoas em em Brasília

959,00 dólares, o equivalente a 1.570 reais. Com esse valor, o Brasil tem um enorme desafio a atingir, haja vista que a média considerada pela UNESCO é de 4.456, 00 dólares, cerca de R\$ 13 mil reais por aluno em idade educacional. (Os valores correspondem a cotação do dólar do dia 25 de agosto).

Considerando os mesmos critérios, o projeto do novo PNE já fez essa projeção, que emperra em outro impasse. Com o percentual de 7% proposto pelo Governo, o custo-aluno sairá em torno de 2.252 reais por ano. “Apesar de ser o dobro, ainda é a metade da média da UNESCO”, comenta Valério.

Já pelo cálculo feito pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, utilizando os 10% do PIB este valor subirá para 6.450 reais por aluno em idade escolar. “É o triplo do proposto pelo MEC e, ainda assim, fica abaixo da média da UNESC, que é de 13 mil reais por ano para cada aluno em idade escolar. Então, fica mais do que justificável a necessidade de 10% do PIB para garantir a melhoria da educação brasileira”, explicou Daniel Cara.

É possível, sim!

Para estudiosos da área, é possível aumentar os recursos para educação e garantir o equivalente a 10% PIB por meio de outras fontes. Uma delas é ajustando o orçamento da União. “A União fica com 60% dos tributos nacionais e só investe diretamente 1% em educação, isso é três vezes menos do que investe na dívida pública”, conta Daniel Cara. O orçamento da União de 2011 prevê R\$ 950 bilhões para pagamento de juros e amortização das dívidas externa e interna. Até junho deste ano, já foram gastos R\$ 364 bilhões para este fim.

O Tribunal de Contas da União informa, em seu site oficial, que só no ano de 2010 o governo repassou aos grupos empresariais R\$ 144 bilhões na forma de isenções e incentivos fiscais. O secretário estadual de Educação de Goiás e responsável pelas discussões sobre PNE no âmbito do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), Thiago Peixoto, afirmou que os governos estaduais e as prefeituras pagam 80% da conta da educação brasileira. “O PNE é uma legislação nacional, então o governo nacional tem que assumir as principais responsabilidades por ele. É injusto do ponto de vista da distribuição de recursos e de colaboração federativa que a União não aumente sua participação no financiamento da educação brasileira”, disse Peixoto ao site da Câmara dos Deputados.

Em entrevista a revista Carta Capital, o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, diz ser possível chegar à destinação de 10% do PIB para a educação. Para equalizar a conta, Pochmann aponta alguns caminhos. Primeiro, reduzir o abatimento de tributos de instituições privadas de ensino, que impedem a arrecadação de R\$ 5 bilhões que poderiam ser investidos na educação pública. O presidente do Ipea destaca que a ampliação dos investimentos é fundamental para que o Brasil supere um ensino público disfuncional. “Hoje temos 14% dos jovens no Ensino Superior. Os países desenvolvidos trabalham com margens muito maiores, em alguns casos de 70%”, disse em entrevista àquela revista.

Ainda na primeira quinzena deste mês, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação vai apresentar um relatório com uma lista de novas fontes de recursos para ampliar

educação?



Foto: Lídia Ferreira

(DF), manifestantes divulgaram a campanha “10% do PIB para educação já”

Saiba mais

Campanha 10% do PIB para educação, já!

No final de agosto, o Andes-SN convidou várias entidades sindicais e movimentos sociais para a realização de uma campanha nacional em favor do aumento dessa porcentagem. Com o slogan “10% do PIB para educação já!”, as entidades participantes criaram um calendário de ações, como caminhadas, seminários e debates, a para divulgar a campanha em todo o território nacional e buscar a adesão dos demais setores organizados da sociedade civil. A campanha foi destaque no “Dia Nacional de Lutas”, realizado em 24 de agosto, em Brasília (DF). Durante a Marcha Unificada, que reuniu cerca de 20 mil pessoas, levantaram a bandeira da campanha. Além do ANDES-SN, fazem parte da comissão divulgação da campanha a Aliança Nacional dos Estudantes Livres (Anel), CSP-Conlutas, Executivas de Cursos, Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Livres (MTL), Sindicato Nacional dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe/RJ), Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública do Rio de Janeiro (FNDEP/RJ), Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) e Unidos prã Lutar.

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação surgiu em 1999, impulsionada por um conjunto de organizações da sociedade civil que participaria da Cúpula Mundial de Educação em Dakar (Senegal), no ano seguinte. Hoje, cerca de 200 grupos e entidades integram a campanha. O site é www.campanhaeducacao.org.br.

a participação da União no financiamento público à educação e ampliar os gastos brasileiros em proporção do PIB, conforme divulgou o coordenador Daniel Cara, no site da campanha (WWW.campanhaeducacao.org.br).

No relatório, a campanha mostra a proposta de taxaço sobre grandes fortunas. O objetivo é cobrar imposto de pessoas com patrimônio a partir de R\$ 2,3 milhões e com incidência de 1% a 5% sobre os rendimentos anuais das grandes fortunas do país. Conforme essa escala, quem tiver um rendimento acima de R\$ 50 milhões pagará 5% sobre a renda anual. “Discussões sobre a taxaço de grandes fortunas no país são antigas e ela foi incluída na Constituição Federal de 1988, mas nunca chegou a ser regulamentada”, comenta no site o coordenador.

Segundo ele, a pesquisadores da Campanha vão fazer uma consulta com tributaristas e técnicos da Receita Federal para checar se a proposta do imposto é viável. Até o momento, os cálculos iniciais da campanha prevêem com o novo imposto um adicional de 10 a 12 bilhões de reais por ano para o MEC. “Vamos tentar uma resposta antes da conclusão do texto substitutivo do PNE”, prevê.

Além disso, o estudo propõe taxaço de 5% nos lucros das estatais federais, o aumento da vinculação orçamentária da União para educação – dos atuais 18% da receita líquida para 25% –, o direcionamento dos “royalties” de petróleo e dinheiro do fundo social do pré-sal para o ensino público. “Com todos esses ajustes é comprovado, na ponta do lápis, que não é inviável a proposta”, disse.

Conforme exige a Constituição, 18% do total recolhido pela União deverão ser somados ao orçamento do Ministério da Educação (MEC).

II PNE é o projeto com recorde de emendas na Câmara Federal

Até hoje, o projeto de lei do II PNE foi o que teve o maior número de emendas enviadas, para um só projeto, na Câmara dos Deputados. Foi um total de 2.919 propostas de alteração ao texto. Este plano já deveria está em vigor, haja vista que a primeira versão (2001-2011) já teve seu prazo expirado. Em uma das emendas, o Conselho Nacional de Educação (CNE) sugere que a tramitação do projeto no Congresso Nacional não passe de 2011.

Devido ao recorde de emendas da matéria, o deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), relator do projeto, ultrapassou o tempo determinado para concluir o relatório do projeto, que era em agosto. Na página da internet oficial do parlamentar, a previsão é que Vanhoni encerre em setembro o relatório. Em nota, o presidente da comissão especial, deputado Gastão Vieira (PMDB-MA), informou que a tramitação do plano na Câmara estará concluída até novembro, quando o texto será encaminhado ao Senado e, entrará em mais uma rodada de discussões com previsão de término incerto.

No último dia 3 de agosto, durante a sessão da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação na Câmara Federal, o relator apresentou a primeira nota técnica sobre as emendas. O documento mostrou que do total de 2.919, foram encaminhadas 2.906 de 14 partidos diferentes. Entre as metas que mais

receberam emendas estão a Meta 1, relacionada à educação infantil. Esta meta obteve 253 emendas. Em seguida, veio a Meta 20, relacionada ao financiamento por meio do PIB, com 216 emendas; a Meta 12, sobre o acesso ao ensino superior contou com 212 emendas e a Meta 7, que trata do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), teve 205 emendas, conforme dados do site oficial do relator do projeto de lei.

Aproximadamente 50% das emendas tratam de temas referentes à educação especial, profissional e de jovens e adultos, além de gestão democrática, valorização dos profissionais e o aumento da dotação orçamentária para 10% do PIB.

Entre as emendas encaminhadas pelo CNE, estão recomendações com relação à redação do plano, entre elas, que as metas ou estratégias de ação não se refiram a programas específicos de governos. O conselho quer também que 80% das escolas públicas de educação básica ofereçam a jornada ampliada até 2020, 30% a mais do que o MEC propôs.

O PNE foi apresentado pelo MEC em dezembro de 2010 e, desde então, está sendo avaliado pela Câmara dos Deputados. O documento deve vigorar até 2020, quando serão apresentadas novas metas. O PNE, que vigorou de 2001 a 2010 conteve 295 metas e mais de 60% não foram cumpridas.

Com a palavra José Alcimar, diretor da Adua

“Se a educação brasileira tivesse a mesma qualidade da publicidade que se faz sobre ela estaríamos num patamar educativo superior. Dizia Anísio Teixeira que como não se pode fazer uma guerra barata, também não se pode fazer uma educação barata. Neste país, dominado pela arrogância financeira da baixa política, a tragédia social da educação resulta, sobretudo, da não percepção política dessa tragédia. Conferir à educação seu estatuto político é uma forma superior de fazer política. Recuperar a dignidade da política passa, necessariamente, pela afirmação política do trabalho educativo. No Congresso, nas Assembléias Legislativas, nas Câmaras Municipais a educação é a grande questão ausente, vergonhosamente ausente. Isso denota o processo atual de abastardamento

da esfera política no Brasil. Entre nós a educação habita, no máximo, a retórica vazia dos discursos, e sobrevive no exílio dos recursos. A juventude chilena nos dá, neste momento, um exemplo que nos deve fazer pensar. Nas ruas da capital chilena transformadas em ágoras educativas, jovens destemidos mostram para a América Latina e para o mundo o que significa a pedagogia canalha da mão invisível do mercado. O mercado é, por natureza, antieducativo. A Grande Marcha pela Esplanada dos Ministérios até o Congresso, na manhã do dia 24.08.2011, e a Grande Plenária da tarde, nesse mesmo dia, em Brasília, foram aulas públicas que deveriam se multiplicar em cada município deste país de escola pública “tão desonesta”, para utilizar característica do irredento Darcy Ribeiro”.

Artigo

Que Ufam? Ufam para quê?

Lino João de Oliveira Neves

Neste momento de Congresso Estatuinte, lembrei de Darcy Ribeiro e de seu amor à Universidade. E lembrar Darcy me fez voltar ao discurso que proferiu na posse de Cristóvam Buarque como reitor da UnB: “Universidade para quê?” (Ribeiro, 1986), talvez a menor e menos conhecida obra de Darcy educador. Pequena apenas no pequeno número de páginas; enorme na profundidade das suas reflexões.

Dizer que Darcy Ribeiro foi um apaixonado é redundância. Darcy foi um homem que viveu intensamente, um homem que nunca se recusou a enfrentar os desafios do seu tempo com todas as suas forças; um pensador e orador apaixonante. Como diz uma de suas bibliografias, “Para Darcy, enfim, ser antropólogo, escrever romances, fazer poesia são facetas dessa paixão pelo conhecimento. Mas essa paixão não era excludente. Pois estava amarrada às circunstâncias da ação política, da necessidade de fazer escolhas, de decidir e agir sobre elas.” (Gomes, 2000, 21).

“Universidade para quê?”, trinta e duas páginas densamente povoadas de compromisso apaixonado e entrega incondicional, que devem ser a tônica deste momento em que a Ufam se propõe pensar a si mesma e a delinear novos caminhos para o seu futuro próximo.

Considerando as diferenças sócio-políticas entre o momento do discurso de Darcy Ribeiro (1985) e os dias atuais, “Universidade para quê?” oferece uma indica-

ção clara de qual Ufam devemos construir:

Uma universidade consciente de seu papel e do seu tempo, à qual não é mais permitido reproduzir o colonialismo de saber que historicamente marca o fazer acadêmico;

Uma universidade que não se subordine às mordças do acordo de Bolonha que condena as universidades do Sul¹ a se tornarem arremedos de instituições de ensino superior do Norte, reduzidas a cursos tecnicizantes, mero formadores de mão de obra local especializada para o mercado global;

Uma universidade que não se resigne à condição de “universidade de mentira [...] tão insciente de si como contente consigo mesma” (Ribeiro, 1986, 4) no desempenho do papel secundário que lhe reserva a reestruturação do conhecimento imposta pela hegemonia do capitalismo global;

“Uma universidade de verdade”, que se constitua como um centro de “criatividade científica e cultural” (Ribeiro, 1986, 5), um espaço de discussão e reflexão crítica que seja capaz de alimentar o diálogo entre saberes diferentes, entre a ciência ocidental moderna e as muitas formas de compreender o mundo formuladas pelos muitos sistemas de produção de conhecimento não científicos, presentes ainda hoje em toda a Amazônia.

O Congresso Estatuinte é o momento oportuno para afirmarmos o nosso compromisso com uma universidade tomada por uma “postura indagativa de autoquestionamento livre e ardente” (Ribeiro, 1986, 5), o momento oportuno para deixarmos de nos lamentar como “viúvos de universidade” (Ribeiro, 1986, 6) que não foi o que deveria ter sido, porque se apequenou aos ditames burocratizantes de acordos de cooperação internacionais difundidos como uma nova forma de ser/fazer universidade, pelas condicionantes do mercado, pelos parâmetros quantitativas das comissões de avaliação do MEC

e CNPq, etc. etc. etc.

Que o Congresso Estatuinte marque a morte de uma universidade indigna desse nome, que descambou para uma docência descompromissada, para a mercantilização da pesquisa e extensão transformadas em serviços postos à venda no pregão de editais, para a Dedicção Exclusiva, princípio garantidor da excelência acadêmica, descumprida, violentada através de consultorias, assessorias e prestações de serviços venalizados e para o compromisso social esquecido, e que, como o “renascimento no rito de passagem” (Ribeiro, 1986, 7), dele nasça uma universidade para ser como houvera sido: uma universidade amazônica, comprometida com o destino de nossa região e nossas gentes; uma universidade que seja a “Casa da Consciência Crítica” (Ribeiro, 1986, 15).

“A Amazônia não pode passar sem uma universidade que tenha o inteiro domínio do saber humano e que o cultive não como um ato de fruição erudita ou de vaidade acadêmica”

Lá de onde estiverem (e certamente que estarão em boa companhia!), que Darcy Ribeiro, “mestre” Anísio Teixeira² e Paulo Freire façam de nós, delegados no Congresso Estatuinte, seus “cavalos de santo” em defesa da Universidade como lugar de debate livre e autônomo de idéias, compromisso tão necessário nos dias de hoje, quando a universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada sofre a ameaça constante de tecnicização do fazer acadêmico que ameaça reduzi-la a um “colégio”, mero reproduzidor de conhecimento pasteurizado sem lastro no experimentalismo prático-crítico que deve caracterizar a vida acadêmica.

Depois de citar Darcy Ribeiro, o melhor é deixar ele mesmo falar: “Pode-se dizer, da cultura erudita brasileira, que ela serviu e serve mais às classes dominantes, para a opressão do povo que a outra coisa. Muitas vezes foi como um enfeite, um adorno, quando não foi a legitimação do poder dos poderosos, consagração da riqueza dos ricos e a consolação dos aflitos com as realidades desse mundo. [...] O saber ou a técnica, por competentes que sejam, nada significam, se não se perguntam para que e para quem existem e operam, se não se perguntam a quem servem, se não se perguntam se há convivência do sábio com o cobiçoso” (Ribeiro, 1986, 9-10).

Essa deve ser a função do Congres-

so Estatuinte: fazer a Ufam repensar a si mesma, “com autonomia e em liberdade” (Ribeiro, 1986, 8); “ordenar, concatenar as ações, para fazer frente ao espontaneísmo fatalista e, sobretudo, para impedir que os oportunistas façam prevalecer propósitos mesquinhos. Impedir que o professor tal, muito competente às vezes em seu campo, porém com mais talento ainda para puxar o saco do ministro tal, para adular o senador tal, a fim de que o seu pequeno reino na Universidade cresça mais que a Universidade como um todo. Esta eficácia daninha destrói a universidade, tal como o câncer destrói um corpo. É um parasita que vive da carne da instituição que habita” (Ribeiro, 1986, 9).

Criar uma “livre universidade pública” (Ribeiro, 1986, 15), reinventar “uma assessoria cultural, científica e técnica, que seja independente e insubornável, composta por sábios, que não sejam servidores de ninguém, que não dependam de partido nenhum. Essa assessoria autônoma, só a universidade pode dar.” (Ribeiro, 1986, 15), esse deve ser o compromisso dos delegados estatuintes.

Parafraçando “mestre” Darcy, a Amazônia “não pode passar sem uma universidade que tenha o inteiro domínio do saber humano e que o cultive não como um ato de fruição erudita ou de vaidade acadêmica, mas com o objetivo de, montada nesse saber, pensar” (Ribeiro, 1986, 5) a Amazônia de suas gentes como problema e solução.

PS: Dedico este artigo ao amigo José Henrique Mesquita, que morreu ano passado, e que falaria com muito mais paixão sobre o “mestre Darcy”, como sempre dizia ao lembrar-se dos seus tempos heróicos de UnB, e que se aqui estivesse certamente estaria ajudando a fazermos a UFAM com que sonhamos.

¹“Sul”, aqui, não em sentido geográfico, mas no sentido utilizado por Boaventura de Sousa Santos, para designar os países do “terceiro mundo”, colocados fora do sistema hegemônico ditado pelos países do Norte. ²“Mestre”, como Darcy se referia à Anísio Teixeira; e como aqueles que lhe eram próximos se referiam a ele, Darcy.

Referências:

- Gomes, Mércio Pereira (2000). Darcy Ribeiro. São Paulo: Ícone.
Ribeiro, Darcy (1986). Universidade para quê? Série UnB. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
Santos, Boaventura de Sousa (2007). La Reinvencción del Estado y el Estado Plurinacional. Santa Cruz de la Sierra: Alianza Internacional CENDA, CEJIS, CEDIB.

Lino João de Oliveira Neves é mestre em Antropologia Social pela UFSC e professor do Departamento de Antropologia (ICHL) da Ufam.



Entrevista com **Ricardo Serudo**

Movimento dos docentes da UEA ganha força

Desde o ano passado, o movimento sindical dos professores da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), representado pelo Sindicato dos Docentes da UEA (Sinduea), vem mobilizando a comunidade docente e discutindo com o governo e levando para os parlamentares da Assembleia Legislativa do Amazonas as reivindicações da categoria para a melhoria salarial e de infraestrutura. Nos meses de julho e agosto, manifestações e indicativos de greve dos servidores e docentes chamaram a atenção da sociedade para as questões

da UEA, que completa 10 anos agora em 2011. A principal vitória foi a aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 259/2011, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), no dia 1º de setembro. Estes são alguns pontos da entrevista com o professor Ricardo Serudo, que no mês de setembro encerra seu mandato como presidente do Sinduea. Natural do Amazonas, Serudo é professor da instituição, com doutorado em Química Analítica, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Qual a sua avaliação desses últimos 10 anos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), com relação à questão do docente e da autonomia da instituição?

A UEA já abriu suas portas numa situação precária e irregular quanto ao seu quadro funcional. Na época, 100% dos professores eram mantidos por contrato temporário, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Essa situação se arrastou até 2008, quando começamos a nos organizar e a pressionar para uma mudança nessa situação. A partir daí, começaram a surgir os primeiros editais para o ingresso de professores concursados. Hoje, de 1.063 docentes, locados nas cinco unidades da capital e nos seis centros do interior, apenas 400 já são efetivados como servidores públicos, com ingresso por meio de concurso. Mas ainda precisamos regularizar essa situação, precisamos ser 100% concursados e ainda estamos na luta para que isso se concretize e possamos virar essa página.

Houve reflexo para os acadêmicos com essa situação de professores temporários ao longo de 10 anos?

Com certeza, tanto para o aluno quanto para o próprio professor. Chegamos a ter uma situação alarmante, com vários docentes com contrato semestral. Ou seja, eles só tinham garantia de se manter na instituição por um período, seis meses. Como ele poderia criar raízes e desenvolver projetos de pesquisa ou extensão desta forma? O conhecimento não é construído só na sala de aula. Alguns professores estão nesse regime temporário há dez anos, a incerteza limitou o trabalho dele, ele poderia ter desenvolvido vários projetos e atividades, além dele não ter garantido suas questões trabalhistas. Esses docentes, inclusive, tiveram que se dividir, dar aula em outras instituições para se prevenir, caso a UEA não renovasse seus contratos. O professor concursado se sente seguro, cria vínculo com a instituição porque sabe que representa aquela instituição. A relação dele com o trabalho muda porque ele sabe que tem tempo suficiente para desenvolver longos projetos.

financeira da UEA, como você avalia essa primeira década?

A UEA sempre teve o reitor indicado pelo Governador, o que a transformou em um palanque político demagogo durante esses anos. Apenas com a própria comunidade acadêmica, com a vontade de alunos, professores e servidores escolhendo os seus dirigentes é que se tem a democracia prevalecendo. A UEA também não tem sua independência de gerência financeira. O orçamento de R\$ 220 milhões (em 2011), na prática, é gerido pelo governo estadual. Seria um bom começo abrir uma conta para UEA e ela própria poder gerir esse recurso, mas estamos avançando.

O PCCR foi aprovado com 21 votos a favor e nenhuma abstenção. O que vai mudar a partir de agora?

O plano traz uma reestruturação no quadro docente. Primeiro porque conquistamos o reajuste salarial de 8% proposto por nós, além de ter o abono como vencimento e ainda um adicional de 40%, que deve ser incorporado a partir de maio de 2012. Essa gratificação adicional é para premiar os professores que se dedicam mais à universidade, com a realização de projetos de pesquisa e de extensão, além

de orientação aos acadêmicos. Os critérios ainda vão ser mais bem definidos para que não haja um “ranking” de professores. Não é esse o objetivo e sim estimular que o professor fique mais tempo desenvolvendo ciência dentro da UEA. Já deixamos claro que defendemos o modelo produtivista e não o produtivismo. Além disso, a conquista da eleição direta para reitor é um marco de uma

“ **Acredito que o único ponto que não conseguimos no PCCS aprovado foi mesmo o da Dedicção Exclusiva (DE) do professor, mas ainda podemos mudar isso** ”

nova etapa. Ainda vamos definir a partir de quando a comunidade acadêmica poderá definir o próximo dirigente da instituição. Isso sim vai dar mais autonomia a UEA.

No PCCS aprovado, teve algum ponto em desacordo com a proposta da categoria?

Acredito que o único ponto que não conseguimos foi mesmo o da Dedicção Exclusiva (DE) do professor. O governo não

acatou nossa proposta por entender que o docente da UEA pode ter vínculos com outras instituições. A dedicação exclusiva dá mais qualidade ao serviço do professor à instituição, pois ele não precisará se dividir seu tempo com outro emprego e isso não ficou bem entendido. Vejo que houve um erro de interpretação por parte do governo, mas é algo que, em longo prazo, podemos mudar. Porém, essa gratificação de 40% pode contemplar temporariamente esse ponto. Teremos professores de 20 horas semanais e de 40 horas semanais. O docente que preencher sua carga horária com 40 h/semanal provavelmente terá esse estímulo.

O PCCS da UEA era a principal meta desta gestão e foi aprovado. Quais os principais desafios dos seus sucessores? Ou o senhor pretende se candidatar à reeleição?

Primeiro, fiquei durante dois anos a frente do Sinduea, tivemos muitas conquistas e, sem dúvida, o PCCS foi a principal. Mas não quero me candidatar à presidência novamente, talvez eu participe de alguma chapa, mas não estarei à frente. Precisamos de renovação até para dar mais peso ao movimento. Somos 340 filiados, é interessante expandir esse número. Tudo que conquistamos foi fruto da união dos três segmentos – docentes, servidores e estudantes. Dentre essas conquistas estão a questão do restaurante universitário, a eleição direta dos diretores das unidades e, a principal, que foi tirar a reitoria passada, que não estava contemplando a comunidade da UEA. O mais importante, a partir de agora, em minha opinião, será definir o estatuto da UEA, pois ele vai conter todas as diretrizes para os próximos anos da universidade, direcionar sua política e, principalmente, dar mais autonomia para a UEA, que é fundamental para qualquer instituição pública de ensino.

O movimento sindical docente conquistou um nível de organização forte em 30 anos de atuação. Como está esse movimento entre os professores do ensino superior estadual?

Vejo um movimento promissor. Com conquistas como o ticket alimentação e a reforma do Conselho Universitário da UEA, que antes não tinha participação dos professores. Os próprios docentes perceberam que só unidos e organizados poderemos alcançar nossos objetivos. O Sinduea é novo, foi criado em 13 de abril de 2007 quando a Secretaria Regional Norte 1 do ANDES, representado pelo professor Francisco Jacob Paiva, aprovou o regimento e a eleição da diretoria do sindicato. O Andes-SN foi fundamental para nos direcionar e orientar sobre como organizar o movimento e, como estamos tendo bons resultados, acredito que a tendência é ganhar mais força ainda. Agora, vamos organizar a próxima eleição do Sinduea, prevista para outubro.



Foto: Arquivo Pessoal

E sobre a autonomia política e

Artigo

Os caminhos da educação brasileira

Isaac Lewis

Os caminhos atuais da Educação brasileira estão ligados indissolavelmente aos descaminhos do Ministério da Educação com relação à falta de um projeto de uma educação qualificada para a maioria da população brasileira.

Este ministério não dispõe de autonomia para discutir plano de carreira e salários para os docentes das Instituições Federais de Ensino ou de um projeto de melhoria da qualidade de ensino nessas instituições, porém goza de autonomia financeira para publicar livros de ensino da língua nacional para serem distribuídos nas escolas, sem levar em consideração que o papel da escola deveria ser ensinar a norma correta da língua oficial do país. Como se isso não bastasse, o Ministério da Educação, ou melhor, as autoridades educacionais desse ministério gastam milhares e milhares, se não milhões, de reais para produzir filmes e revistas contra atitudes homofóbicas para ser suspensa sua distribuição. E a pergunta que não cala é: Quem vai ou irá pagar esse prejuízo? Quem vai ser responsabilizado por essas infelizes publicações ou produções? Será que as autoridades do Ministério da Educação têm realmente competência para orientar e avaliar a educação nesse país? Será que sabem para que servem as escolas e as universidades num país dependente, ainda colonizado?

Profissionais de nível superior, como por exemplo, médicos e advogados, têm manifestado preconceito e discriminação contra os pobres em geral, negros e índios publicamente e o melhor para combater tal preconceito ou discriminação seria os órgãos de comunicação ou policiais informarem que tal médico ou tal advogado foi formado por tal faculdade ou por tal universidade. A partir disso, o Ministério da Educação poderia reavaliar o currículo ou o projeto educacional dessa faculdade ou universidade. Também o Ministério da Educação poderia investigar em que escola fundamental ou média tal médico ou tal advogado estudou.

É hora de discutir os caminhos ou os descaminhos da educação brasileira desde a importação de postulados e princípios da Escola Nova implementados não somente durante os anos da ditadura militar (1964-1982), como também depois da ditadura militar (incluindo os governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva).

Os descaminhos da educação brasileira são expressos, através do ilusionismo

pedagógico, manifestado por autoridades governamentais e educacionais, ao informar que a educação de seu município, estado ou país vai bem e que estatisticamente as escolas e as faculdades têm formado cada vez mais pessoas, enquanto que, na realidade, precarizam continuamente as condições de ensino-aprendizagem nos três níveis de ensino – fundamental, médio e superior –, contratando professores, precária e/ou temporariamente, com salários aviltados e premiando-os quando apresentam produtividade elevada de aprovação de seus educandos. Nos três níveis de ensino, vigora a aprovação automática, com raríssimas exceções. Essas autoridades sentem-se satisfeitas de terem possibilitado que milhares e milhares de analfabetos totais se tornassem analfabetos funcionais com direito a diplomas.

É preciso discutir sobre a responsabilidade dos órgãos educacionais – Ministério da Educação e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação – quanto à qualidade do Ensino fundamental, Médio e Superior na sociedade brasileira. Não se justifica oferecer Ensino Médio para alunos que não aprenderam os conteúdos do Ensino Fundamental e também não se justifica oferecer Ensino Superior para alunos que não conseguiram assimilar e dominar os conteúdos do Ensino Médio e Fundamental. Também não se justifica que professores ou professoras estejam em salas de aula no Ensino Fundamental, Médio ou Superior sem que dominem os conhecimentos da matéria que eles ou elas se propõem a lecionar.

Estas orientações devem nortear a Educação Seriada, a Educação Supletiva ou a Educação à Distância, uma vez que em todas essas modalidades, prevalece o princípio do ilusionismo pedagógico: O sistema educacional brasileiro finge que ensina e o educando finge que aprende.

É hora de discutir uma educação séria e de qualidade para a maioria da população brasileira que leve essa população a refletir sobre os descaminhos da Educação e as políticas operacionais implementadas pelo Governo Federal e pelo Congresso Nacional no país desde 1964 para atender as orientações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial a serviço dos países coloniais liderados pelos Estados Unidos.

Isaac Lewis é professor aposentado da Faced e ex-presidente da Adua.

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/07/2011 a 29/07/2011

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	RECEITAS	44.854,83	44.764,33	100,00%
1.1	Contribuição dos Associados	43.644,90	43.542,90	97,27%
1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	1.158,88	1.180,35	2,64%
1.3	Receitas com Reprografia	51,05	41,08	0,09%
2	DESPESAS	52.820,03	34.420,17	100,01%
2.1	PESSOAL	9.058,38	8.759,08	25,45%
2.1.1	Salários	7.483,38	6.163,41	17,91%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	1.575,00	1.240,00	3,60%
2.1.3	Férias (Erison)	-	1.355,67	3,94%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	3.058,43	2.659,38	7,73%
2.2.1	Contribuição INSS	2.287,79	2.050,87	5,96%
2.2.2	Contribuição FGTS	565,74	512,65	1,49%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	136,63	64,08	0,19%
2.2.4	IRRF s/Folha de Pagamento	68,27	31,78	0,09%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	5.160,00	4.030,00	11,71%
2.3.1	Serviços de Diagramação de Material Impresso	1.600,00	800,00	2,32%
2.3.2	Serviços de Distribuição de Jornais/Eventos	60,00	60,00	0,17%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	4,36%
2.3.4	Serviços de Bolsa de Estagiário	800,00	800,00	2,32%
2.3.5	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.200,00	870,00	2,53%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	8.000,00	1.090,00	3,17%
2.4.1	Serviços de Confecção de Faixas	510,00	-	0,00%
2.4.2	Serviços Graficos	6.400,00	-	0,00%
2.4.3	Serviços Contábeis	1.090,00	1.090,00	3,17%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	10.354,94	10.354,94	30,08%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional/Congresso Uberlândia	8.741,12	8.741,12	25,40%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	215,25	215,25	0,63%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	349,64	349,64	1,02%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.048,93	1.048,93	3,05%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGEM	13.148,47	1.680,00	4,88%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	11.468,47	-	0,00%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	1.680,00	1.680,00	4,88%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	285,00	-	0,00%
2.7.1	Aquisição de Telefone/Cafeteira Expresso	285,00	-	0,00%
2.8	BENS DE CONSUMO	3.686,74	5.829,38	16,94%
2.8.1	Telefone	745,02	783,60	2,28%
2.8.2	Correios/Malotes	1.159,40	1.030,90	3,00%
2.8.3	Combustível	300,00	270,00	0,78%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	6,00	-	0,00%
2.8.5	Materiais Hidraulicos	-	23,61	0,07%
2.8.6	Refeições e Lanches	355,05	-	0,00%
2.8.7	Material de Expediente/Limpeza	591,79	61,83	0,18%
2.8.8	Assinatura Provedor/Internet	49,34	166,02	0,48%
2.8.9	Cartório(Cópias/Autenticações-Reg.da Ata de Posse/Balanco)	113,40	10,80	0,03%
2.8.10	Despesas com Eventos	366,74	3.482,62	10,12%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	68,07	17,39	0,05%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	68,07	17,39	0,05%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		45.126,71	37.161,51	
RECEITAS		44.854,83	44.764,33	
DESPESAS		(52.820,03)	(34.420,17)	
RESULTADO OPERACIONAL		37.161,51	47.505,67	
Banco do Brasil S/A C/C		28.130,89	37.253,78	
Aplicação Banco do Brasil		152.765,88	153.946,23	
CAIXA		186,01	16,93	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		181.082,78	191.216,94	

espaço cultural

Livros até pela metade do preço e com acesso fácil. Este é o objetivo da Feira Itinerante dos Livros da Edua (Editora da Universidade Federal do Amazonas), iniciada no ano passado e que é responsável por cerca de 70% das vendas dos seus livros. A cada mês semana um ponto da cidade, como repartições públicas, escolas e outras universidades, recebe o estande da Edua com todos os 200 títulos, incluindo os lançamentos, disponíveis para venda com desconto, no horário de 9h às 15h. Cerca de 250 livros são vendidos em cada edição da feira. Em setembro, a feira será instalada nos órgãos públicos da Avenida André Araújo, Aleixo, nas redondezas do prédio da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz). Reservas de livros e agendamento de local da feira podem ser feitos pelo (92) 8134-9960.

Arte contemporânea

Festival Amazonas de Música chega a 2ª edição

Foto: Divulgação

Além do Festival Amazonas de Ópera e do Festival de Amazonas de Jazz, a programação de festivais da Secretaria de Estado da Cultura (SEC) conta ainda com o recém criado Festival Amazonas de Música, dedicado a música popular e que chega a segunda edição este ano. Diferente dos dois primeiros eventos citados, este último tem toda a programação gratuita.

O festival será de 21 a 25 de setembro, com atividades no Teatro Amazonas e Centro Cultural Largo São Sebastião. Os músicos e bandas participantes poderão integrar as três categorias “Mostra Competitiva”, “Mostra não-competitiva” e “Shows musicais”. O valor destinado à premiação e ajuda de custo aos músicos que se apresentarão no festival soma o total de R\$ 58,4 mil. O orçamento do festival é de R\$ 500 mil, patrocinado pelo Governo do Amazonas.

No dia 25 de setembro será realizada a premiação da “Mostra Competitiva”, a céu aberto, no Largo São Sebastião. A cantora maranhense Rita Ribeiro será atração da noite de encerramento. A artista despontou no cenário nacional com estilo inovador, intitulado “tecnomacumba”, resultado de uma intervenção cultural que une a musicalidade referente às tradições religiosas afro-brasileiras com a batida eletrônica. Em 2005, ela ganhou o Prêmio Rival Petróbras de Música na categoria “Melhor Show”, por “Tecnomacumba”. Em 2006, o show virou CD e, em 2009, Rita lançou o DVD “Tecnomacumba - a tempo e ao vivo”, que contou com a participação de Maria Bethânia.



Rita Ribeiro se tornou conhecida com a “tecnomacumba”, projeto que reune batida afro-brasileiras com e-music

Oficinas

Além da programação musical, o Festival Amazonas de Música conta com oficinas gratuitas. As inscrições podem ser realizadas no Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro, localizado no Centro de Convenções Sambódromo (Av. Pedro Teixeira, 2565, Flores). Toda a programação acadêmica acontecerá no Centro de Convivência do Idoso, no bairro de Aparecida.

No dia 21, das 15h às 17h, acontece o workshop “Contrabaixo: postura e ética profissional”, ministrado por Serginho Carvalho, músico amazonense que vem fazendo trabalho solo em São Paulo.

No dia 22, Jonilson Reis, mais conhecido como La Bamba, ministra workshop de música e tecnologia, das 15h às 17h. Nos dias 22 e 23, das 9h às 12h, acontece a oficina de processo criativo “Produção de Grupos Musicais”, com os músicos Stanley Wagner, Hudson Alves e Airton Silva.

No dia 23, das 14h às 17h, Lúcio Vieira, baterista que se apresenta com Rita Ribeiro, realiza workshop de bateria, das 14h às 17h. Haverá ainda uma oficina sobre Direitos Autorais, que ainda aguarda a confirmação da data e palestrante, que será da União Brasileira dos Compositores (UBC), de acordo com Davi Nunes, maestro coordenador do Festival.

Vale a pena ver



Fernando Carneiro

Filme: Meia Noite em Paris
EUA/Espanha, 2011.
Comédia/Romance, 94 min.
Direção: Woody Allen
Distribuição: Paris Filmes

E quando a poesia te rouba o tempo, te captura e transporta? Assim é **Meia Noite em Paris**. Uma epifania cinematográfica. Uma viagem onde a neutralidade inexistente. Um filme desse porte, assim como uma final de copa do mundo, precisa ser um evento. Não deveria ocorrer sem uma certa pompa.

O Shopping Center é um lugar razoável para muitas coisas, até para se ver um filme. Mas não todos. Deveria haver algum tipo de proibição para filmes como “meia noite em Paris” serem exibidos em shoppings centers. O choque ao sairmos da sala de exibição é traumático. É como sair do útero materno para um centro cirúrgico. Mas não é um parto, ou melhor, é um parto invertido. Da Paris da década de 1920 ou da belle époque para o salão refrigerado e fedendo a pipoca de um shopping. Em casos como esse deveria haver um período de transição, similar ao que existe para os mergulhadores. Uma espécie de câmara de decompressão que nos permitisse voltar paulatinamente à realidade.

O filme de Woody Allen é de uma delicadeza brutal. A fotografia é belíssima, o humor, na medida certa, o romantismo, humano e real. Uma das mensagens mais provocantes do filme é sobre como enfrentamos a realidade. Você pode escolher entre viver na superfície, sem intensidade ou pode escolher a profundidade, a essencialidade. Futilidade e conteúdo se enfrentam de forma emblemática, mas real.

O não lugar é sempre mais confortável que a materialidade doméstica de nosso presente. Por isso viajamos, e isso é bom. Indispensável até. A fantasia precisa do homem para se realizar. Sem o humano a fantasia seria uma utopia irrealizável, impossível. Impossível até.

Allen é preciso, cirúrgico. Seu bisturi nos transporta ao filme pelo filete mágico da identidade que criamos com o protagonista. Torcemos por ele. O invejamos. Queremos ser ele, ou pelo menos estar com ele na sua jornada em busca de si. Seu dilema sobre a condição humana é o nosso dilema. Queremos que o final seja feliz. Um lugar comum, mas sincero.

Meia Noite em Paris não é apenas uma viagem: são várias. Viajamos pela Cidade Luz, viajamos no tempo, viajamos na poesia, na pintura, música... enfim, uma viagem pelas outras seis artes que “precedem” o cinema, ele mesmo uma arte, a sétima.

Se nunca foi a Paris, veja o filme, vale a pena. Se já foi, vê-lo é uma obrigação. Certamente você reconhecerá alguma rua, praça, teatro ou bar. Em qualquer dos casos prepare-se para ser arrebatado, para ficar na sala de projeção torcendo por mais alguns minutos da película. Esse é um filme daqueles que precisa ser visto no cinema. Um filme lindo, porque humano em sua dimensão mais concreta: a fantasia.

Fernando Carneiro é historiador e dirigente do PSol no Pará.

Vale a pena ler



Sérgio Sócrates Baçal de Oliveira

Livro: Ressentimento
Autora: Maria Rita Kehl
Editora: Casa do Psicólogo
Nº de páginas: 247
Valor: R\$ 36,00

Sem dúvida, o desafio de resenhar o livro **Ressentimento**, de Maria Rita Kehl, aponta para várias nuances no cotidiano. A saber, a obra é rica em detalhes e sutilezas que vão da clínica psicanalítica a uma posição política da atualidade. Nesse sentido, no dizer da autora, o ressentimento é uma constelação afetiva que serve aos conflitos característicos do homem

contemporâneo, entre as exigências e as configurações imaginárias próprias do individualismo e os mecanismos de defesa do eu a serviço do narcisismo. A lógica do ressentimento privilegia o indivíduo em detrimento do sujeito e contribui para sustentar nele uma integridade narcísica que independe do sucesso de seus empreendimentos. Mais ainda, Kehl demonstra com clareza ímpar que o ressentimento se organiza na privação. Dentre as várias dimensões que a autora trabalha para ampliarmos o escopo sobre o que nominamos de ressentimento destacamos: o ressentimento como sintoma social, a cultura da vitimologia e os ganhos subjetivos com a posição ressentida, o ressentimento

em Freud e Nietzsche, a atualidade do tema e suas variações cotidianas, ressentimento, narcisismo e melancolia, ressentimento e literatura, estética e ressentimento, covardia moral e políticas do ressentimento. Com efeito, e em última análise, Kehl coloca para pauta de reflexão o sistema capitalista como legítimo arauto do real na medida em que funda em cada um de nós a desesperança. Não seria essa obra, o livro de cabeceira dos servidores públicos federais dadas às peculiaridades do momento em vivência?

Sérgio Sócrates Baçal de Oliveira é psicólogo, mestre em Educação e professor da Faculdade de Psicologia da Ufam.

internacional

Todos estão acompanhando – de longe – o que está ocorrendo no Chile nestes últimos dias. Ainda que nossa grande imprensa tente dissimular os acontecimentos, o fato é que os estudantes chilenos estão dando uma lição de vida ao perderem o medo, voltarem a ocupar as ruas e lutarem por uma educação gratuita e de responsabilidade do governo. O artigo de Ib Sales Tapajós faz uma recuperação histórica da educação no Chile e diz que o movimento dos estudantes chilenos deveria ser seguido pelos brasileiros.

O exemplo que vem do Chile

Ib Sales Tapajós

Durante muitos anos, o Chile foi apresentado pelos arautos do neoliberalismo como um país modelo no que tange às políticas educacionais. Ainda hoje, mesmo com a enorme crise em que se encontra a educação chilena, há “especialistas” na América Latina que reivindicam os sucessos do sistema de ensino municipalizado, privatizado, competitivo e “eficiente” construído a partir da ditadura do general Augusto Pinochet, que governou o país a ferro e fogo de 1973 a 1990.

De fato, o Chile foi um verdadeiro laboratório do neoliberalismo, o primeiro país latino-americano a aplicar o receituário neoliberal, reduzindo drasticamente o âmbito de atuação do Estado para dar lugar à iniciativa privada. Na educação, foram realizadas sucessivas contra-reformas que negaram completamente o ideal de um ensino público, gratuito e universal.

A ditadura de Pinochet reduziu a menos da metade o gasto público em educação. A gestão das escolas foi descentralizada, passando para o controle dos municípios. Por outro lado, a meritocracia foi uma diretriz levada ao extremo pelo governo chileno, a ponto de se estabelecer distinção de salário entre os professores, de acordo com a “eficiência” e “produtividade” de cada um. O ensino privado, por sua vez, cresceu vertiginosamente, em decorrência principalmente dos subsídios concedidos pelo Estado às instituições particulares, que geraram lucros exorbitantes aos empresários da educação.

Em 1981, foi realizada a (contra) reforma que extinguiu a gratuidade no ensino superior. Hoje não há no Chile nenhuma universidade pública! Existem tão-somente universidades privadas e “mistas” (que recebem subsídios do governo). No lugar da gratuidade, criou-se um sistema de créditos “solidários” para ajudar os estudantes a pagarem os altos preços das mensalidades, que podem chegar a quatro milhões de pesos ao ano – o equivalente a R\$ 16 mil, afirma José Manuel Morales, da Federação de Estudantes da Universidade do Chile. Além de não abarcar a totalidade dos estudantes universitários, mas apenas os estudantes de renda mais baixa, esse sistema de créditos tem gerado um endividamento muito sério na juventude chilena, que, ao sair da Universidade, se depara com contas altíssimas que comprometem durante anos ou mesmo décadas sua renda – situação parecida (porém mais grave) à que ocorre atualmente no Brasil com o FIES.

Contra esse sistema educacional excludente, os estudantes chilenos travam uma heróica batalha, que já dura cerca de dois meses. Centenas de milhares de jovens vêm tomando as ruas de várias cidades do Chile em defesa da educação pública



Foto: Reprodução

e gratuita. O movimento estudantil chileno, ao contrário dos últimos governos do país, enxerga a educação como um direito social, e não como mercadoria; e luta para que a educação, em todos os níveis, sirva para promover o desenvolvimento do Chile, e não para gerar lucro fácil para um pequeno grupo de empresários.

Nas manifestações de rua, ouvem-se cantos como “Y va a caer, y va a caer la educación de Pinochet”. A determinação dos jovens estudantes de lutar por mudanças no sistema educacional é marcante. “Estamos dispostos a perder todo o ano escolar para não pagarmos mais pela educação” – afirma Miguel Roboyedo, um líder estudantil secundarista. As mobilizações sacodem o país inteiro e foram responsáveis diretas pela queda do ministro da educação Joaquín Lavín, que é um empresário da educação, dono de uma universidade privada e de um centro de pesquisas educacionais.

As massivas marchas da juventude chilena golpearam profundamente a imagem do presidente direita Sebastián Piñera, cujo governo atinge índices de rejeição de 60%. Acuado, o governo aumenta a repressão contra o movimento estudantil. Na quinta-feira, 04 de agosto, a polícia reprimiu duramente os estudantes que tentaram marchar pela avenida central Alameda, resultando em mais de 800 detidos.

Há relatos de que a polícia chilena, a mando do governo, tem utilizado práticas das ditaduras, dos estados de exceção, para tentar dispersar as manifestações. Bombas de gás lacrimogêneo, água suja e tóxica, prisões etc., tudo para tentar conter a aguerrida estudantada do Chile. Há inclusive o caso de desaparecimento de um estudante universitário que foi preso no dia 4 de agosto e cujo paradeiro é desconhecido até hoje.

No entanto, a força de vontade da juventude chilena é imbatível. Novas marchas e uma paralisação nacional foram convocadas nesta semana. 35 estudantes estão em greve de fome para chamar atenção da sociedade à repressão policial e também para ganhar mais adeptos ao movimento.

A força das mobilizações atuais se deve em grande parte à histórica tradição de luta dos

estudantes chilenos, que em 2006 protagonizaram a famosa “revolução dos pingüins” (denominação derivativa do uniforme preto e branco que vestem). Nesse ano, cerca de 800 mil jovens envolveram-se em paralisações e protestos, exigindo passe livre nos ônibus e melhoria da qualidade do ensino e da infra-estrutura das escolas. O movimento estudantil que hoje sacode as ruas do Chile é herdeiro da “revolução dos pingüins” e tem condições inclusive de superar em termos políticos o levante de 2006.

Por outro lado, o processo de mobilização dos nossos irmãos chilenos ocorre num momento muito especial da política internacional. Nos últimos meses a juventude vem se levantando em muitos países em defesa de uma nova sociedade, mais justa, democrática e inclusiva. No mundo árabe e na Europa, os jovens estão indignados com a tirania de governantes que governam para atender aos interesses do mercado, em detrimento da maioria da população.

As revoluções árabes, que derrubaram ditadores no Egito e na Tunísia e ameaçam os regimes tiranos da Síria, Líbia e Iêmen, mostraram aos jovens do mundo inteiro que, mobilizados, podemos mudar o curso da história. A juventude da Europa, com destaque para a Espanha, segue esse exemplo e ocupa as praças de várias cidades contra os efeitos da crise econômica mundial e em defesa de Democracia Real Já. O clima de agitação política presente em vários cantos do mundo certamente foi um fator importante de inspiração para os estudantes chilenos.

De qualquer forma, a luta dos “pingüins” pode representar um divisor de águas na América Latina, dando início a um processo mais amplo de mobilização da juventude do nosso continente. Os problemas vivenciados pelos estudantes do Chile são também sentidos na pele, com maior ou menor intensidade, por estudantes de vários países latino-americanos, onde as políticas neoliberais desmontaram impiedosamente vários serviços públicos, em particular a educação. O combate a tais problemas, tal como no Chile, passa necessariamente pela ocupação das ruas.

Independentemente dos resultados concretos que serão obtidos pelos estudantes chilenos, não resta dúvida de que eles já são vitoriosos. Colocaram em xeque o modelo arcaico e privatista de educação vigente no país, que até então era tido por muitos como um “sucesso”. Além disso, pautas muito progressivas ganharam destaque este ano, graças à iniciativa dos valentes “pingüins”. Dentre elas, a re-nacionalização do cobre, uma reforma tributária para redistribuir a renda do país e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para substituir a Constituição herdada de Pinochet por uma nova Carta Magna efetivamente democrática.

Por conta de suas bandeiras de luta, que ultrapassam e muito as reivindicações meramente corporativas, a luta dos estudantes conta com 86% de aprovação da população do país. As articulações com outros setores da sociedade chilena são também uma característica importante desse movimento. Além dos professores, que participam ativamente das manifestações, os mineiros do cobre mantêm laços sólidos com o movimento estudantil e estão com uma greve nacional marcada para os dias 24 e 25 de agosto.

Por tudo isso, precisamos olhar atentamente para o Chile e extrair daí todas as lições possíveis. O movimento estudantil brasileiro tem importantes lutas a travar neste segundo semestre de 2011, com destaque para a campanha por 10% do PIB para a educação. A mobilização permanente dos estudantes e da sociedade é um método obrigatório para conseguirmos êxito em nossos objetivos.

Sigamos o exemplo que vem do Chile – não em relação ao modelo neoliberal de educação implantado pelos governantes desse país, mas sim quanto à coragem e determinação dos estudantes que enfrentam a polícia em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade e por uma sociedade justa e democrática. Se o presente é de luta, o futuro nos pertence!

Ib Sales Tapajós é coordenador geral da União dos Estudantes de Ensino Superior de Santarém (UES) e militante do movimento Juntos! Juventude em luta.

(publicado no site da Fundação Lauro Campos, em 10.08.2011)

Um balaço que feriu todo o Chile

Na noite de 24 de agosto, último dia da greve nacional convocada pela Central Unitária de Trabalhadores (CUT), Manolito saiu de sua casa para acompanhar seu irmão Gerson, de 23 anos e portador de necessidades especiais, em uma cadeira de rodas, a fim de observar os “panelaços” da população contra o atual governo de direita, presidido por Sebastián Piñera. Mas Manuel nunca voltou para casa. Uma bala perdida o atingiu no tórax. Manuel Gutiérrez Reinoso tinha 16 anos e era um fiel integrante da Igreja Metodista Pentecostal, da vila Jaime Eyzaguirre, um dos setores populares da comunidade de Macul, localizada na zona sudeste de Santiago. A revolta tomou conta de todo o Chile.